

## REFLEXOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: ALGUNS CENÁRIOS PANORÂMICOS

Ailton Souza<sup>1</sup>

### Resumo

Não é novidade enfatizar que pandemia produziu grandes impactos em toda sociedade brasileira. Entretanto, seus efeitos ainda são calculados em muitas áreas. Tentando colaborar para ampliar este debate este artigo foca no estado de Mato Grosso do Sul, buscando apresentar alguns achados visando responder quais os efeitos da pandemia economia do estado? Neste sentido, analisa-se de forma delimitativa alguns dados do comércio, indústria, bem como os relativos aos benefícios sociais. Para tanto, esta abordagem se baseia em uma análise exploratória fazendo uso de uma metodologia qualitativo-descritiva derivada da coleta de dados acerca da saúde e economia ao longo do período pandêmico. Os resultados mostram, que apesar da pandemia ter impactos diretos na saúde e, sobretudo, nos números de casos e óbitos, no âmbito especificamente da economia, seus efeitos não foram efetivamente significativos em virtude de diferentes fatores.

**Palavras-chave:** Governo; Pandemia; Políticas Públicas; Arrecadação.

### REFLEXES OF THE PANDEMIC ON THE ECONOMY OF THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL: SOME OVERVIEW SCENARIOS

#### Abstract

It is nothing new to emphasize that the pandemic had major impacts on the entire Brazilian society. However, its effects are still calculated in many areas. Trying to collaborate to expand this debate, this article focuses on the state of Mato Grosso do Sul, seeking to present some findings in order to answer what are the effects of the pandemic on the state's economy? In this sense, some data from commerce, industry, as well as those relating to social benefits are analyzed in a delimitative way. To this end, this approach is based on an exploratory analysis using a qualitative-descriptive methodology derived from the collection of data on health and the economy throughout the pandemic period. The results show that despite the pandemic having direct impacts on health and, above all, on the number of cases and deaths, specifically in the economy, its effects were not actually significant due to different factors.

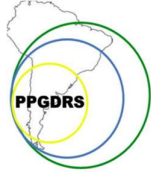
**Keywords:** Government; Pandemic; Public Policies; Collection.

### Introdução

A pandemia da COVID-19 afetou de diferentes maneiras toda a sociedade brasileira e, conseqüentemente seu desenvolvimento, sobretudo, econômico. No que tange a vidas humanas, atingiu em março de 2023, o total de 700.000 mortos. Número que a título de comparação é superior a toda população do estado de Roraima, que no censo de 2022, conforme dados do

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pós-doutor em políticas urbanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, coordenador do Observatório da Democracia, Políticas Públicas e Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul – OBSERVA-MS, professor e pesquisador de Ciência Política da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Email: ailtonsouza@uems.br. <https://orcid.org/0000-0002-7424-2243>



IBGE, chegou ao total de 652.713 habitantes. Em todo mundo a doença, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, foi de mais 6,2 milhões de mortos. Um montante que é superior a toda população de Costa Rica, do Uruguai ou da Jamaica separadamente.

Disseminado por países de diversos continentes a doença impactou além das vidas ceifadas, especialmente na economia. No entanto, embora os prejuízos causados pela pandemia ainda sejam incertos, seus impactos mais profundos se relacionam aos países mais pobres e em desenvolvimento. Em todo caso, ainda não tem, sobretudo, no Brasil um diagnóstico completo acerca do problema. O que é totalmente plausível, tendo em vista as características e dimensões do país. Fatores que ampliam o leque de possibilidades analíticas e de variáveis que podem ser analisadas de norte a sul, o que tende a dificultar a tessitura de projeções mais abrangentes e específicas.

Em virtude desse cenário, entende-se que diagnósticos mais generalistas considerando as especificidades regionais possam ser pouco precisos, uma vez que muitas informações e dados correm o risco de serem subestimados ou superestimados e, não representar objetivamente, a realidade de uma determinada região. Face as possíveis imprecisões e da carência de informações mais detalhadas cabe a necessidade de estudos mais robustos, aprofundados e específicos. Isto visando de algum modo subsidiar e esclarecer a sociedade, no sentido a projetar um futuro de pós-pandemia mais resiliente frente aos cenários de colapso econômico provocados pelas crises da saúde pública. Justamente tentando contribuir para enriquecer este debate no âmbito da pandemia focamos nosso olhar neste artigo no estado de Mato Grosso do Sul, buscando responder quais foram os efeitos da pandemia no âmbito da economia do estado? Para tanto, de forma delimitativa consideramos três tipos de dados distintos: comércio, indústria e os relativos aos benefícios sociais.

A partir deste movimento apresentamos um balanço panorâmico sobre os efeitos pandemia no estado. o presente trabalho em cinco partes além desta introdução. Na primeira delas, apontamos alguns referenciais teóricos. Em seguida nossa metodologia. Os resultados são nosso quarto ponto, onde buscamos apontar os efeitos da pandemia considerando algumas medidas em torno da construção das políticas públicas implementadas no estado para mitigar o efeito pandêmico. Além disso, destacamos na sequência o viés econômico relacionados a arrecadação de tributos. E enfim, nossas considerações finais que enfatizam que apesar da pandemia ter impactos diretos na saúde e, sobretudo, nos números de casos e óbitos, no contexto econômico relativos aos enfoques aqui mensurados, seus efeitos de modo geral não foram

efetivamente consideráveis no âmbito econômico.

### Referencial teórico

Notoriamente o cenário pandêmico que assolou o mundo teve impactos devastadores. E desde então, vários são os diagnósticos que têm sido apresentados enfatizando os efeitos diretos e indiretos da pandemia. Dentre eles, se observam investigações e dados de pesquisa e monitoramento da COVID 19 apontando que os efeitos da pandemia foram sentidos e caracterizados de maneiras e níveis diferenciados entre as diversas regiões brasileiras. Sobretudo, no que tange aos números de infecção e óbitos entre os estados brasileiros (Siqueira CAS, Freitas YNL, Cancela MC, Carvalho M, Silva LP, Dantas NCD, et al, 2022; FIOCRUZ, 2023).

Outros estudos foram produzidos envolveram a questão da pandemia relacionada as análises decorrentes das relações de trabalho, desenvolvimento humano e das desigualdades (Cardoso e Peres 2023; Freitas et. al 2022; Wammes et.al 2023). Estas dimensões se situam no plano das políticas sociais. A este respeito podemos pensar inicialmente a dimensão do desenvolvimento que é debatido a longa data e associado diversas perspectivas, sobretudo, envolvendo o humano, econômico e social. Todavia, podemos entender este conceito a partir de uma das interpretações mais recentes, tal como menciona Abdal (2020), que caracterizou o conceito associado a diversificação produtiva, as mudanças tecnológicas voltadas a satisfação das necessidades humanas e a ampliação das capacidades e liberdades inerentes as transformações sociopolíticas e demográficas. Tudo isso, envolvendo melhores resultados. Mas, desde a perspectiva clássica a noção de desenvolvimento está além de uma visão isoladamente econômica. Sob esta baliza examina-se outros aspectos inerentes ao conceito. Nesse sentido, podemos citar a contribuição de Wammes et. al (2023), onde a ideia de desenvolvimento procura centralizar o olhar para as pessoas e suas capacidades e em oportunidades disponibilizadas. Isso se diferencia da perspectiva unicamente econômica de desenvolvimento que se foca em linhas gerais no crescimento econômico, visto que neste cenário a necessidade de maior bem-estar. O que aponta, por exemplo, para a maior necessidade de grupos em situação de maior vulnerabilidade e que vivem em condições mais desiguais, como populações negras, indígenas ou comunidades de baixa renda (Freitas et. al 2022). As mesmas mais desprovidas de recursos e dependentes de políticas públicas de transferência de renda.

Sob esta baliza podemos citar o desenvolvimento humanos que Bresser-Pereira (2019),

articulou relacionando o progresso, que estaria vinculados a cinco objetivos políticos fundamentais: segurança, liberdade, bem-estar econômico, justiça social, e proteção do ambiente. Neste sentido, o desenvolvimento econômico seria o componente básico desse processo de desenvolvimento mais amplo que resultaria do processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. Tudo isso, apontaria segundo o autor para transformações estruturais da economia e da sociedade.

Avançando na discussão podemos destacar na agenda pandemia, as abordagens analisando aspectos e efeitos decorrentes do comportamento político de governos e autoridades. Especialmente diante do fato de que determinadas atitudes tanto colaboraram para disseminação da doença ou seu combate em todo país (Ajzenmann, 2013; Borges e Rennó, 2022). Por fim, cabe relacionar estas questões a alguns contextos econômicos do estado, (Fagundes, 2017; Santos e Missio, 2020), visando evidenciar possíveis disparidades regionais da pandemia, especificamente no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul.

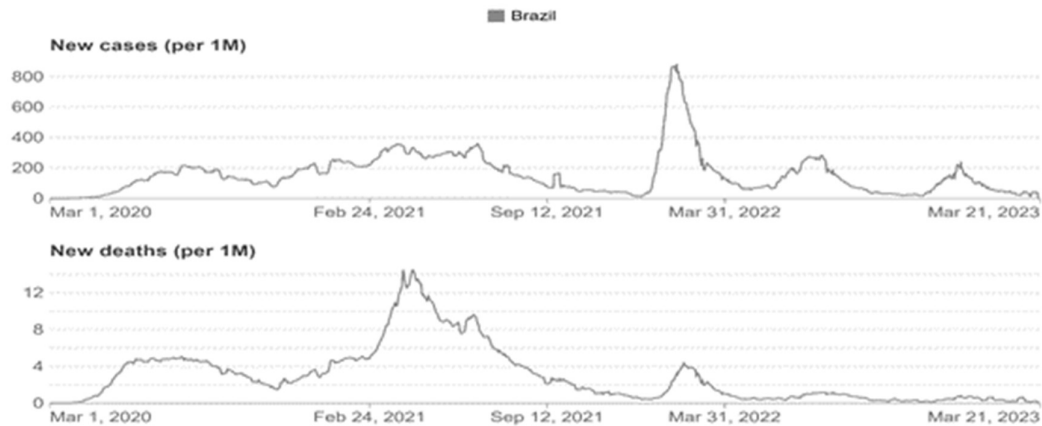
### **Metodologia**

A presente abordagem deriva de um estudo investigativo exploratório que faz uso de uma metodologia qualitativo-descritivo derivada da coleta de dados acerca da saúde e economia ao longo do período pandêmico. Contudo, este artigo limita-se a algumas análises de dados secundários, na intenção de discutir alguns resultados parciais da pesquisa que deu origem ao presente artigo.

### **Análise dos resultados**

Para avaliar os efeitos da pandemia de modo mais aprofundado em nível de estado, cabe anteriormente observar alguns números da pandemia em nível nacional. Para tanto, iniciamos esta seção apresentando os números de casos confirmados da infecção e suas taxas de mortalidade como mostramos no gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1. Número de casos e óbitos por milhão

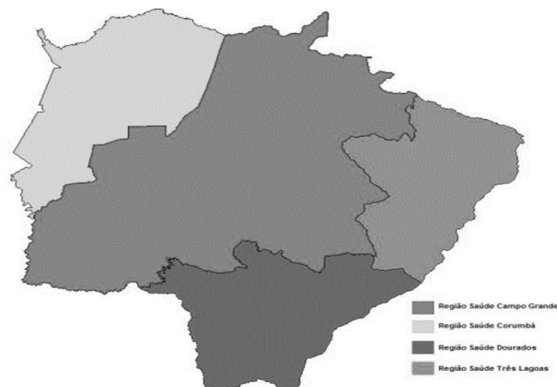


Fonte: Our World in Data (2023)

Vemos neste gráfico 1, pelo menos duas situações significativas. O primeiro relacionado aos números de casos. O segundo enfatizando os óbitos. Um dos principais detalhes a mencionar aqui, se refere ao fato de que o maior pico de casos é secundário ao maior pico de óbitos, o que marca ou reforça o fato de que no Brasil a testagem da COVID-19 ter ocorrido em grande medida um período posterior as primeiras mortes que já vinham sendo registradas em todo país. Em 2023, os números totais de óbitos no Brasil atingiram em 26/01/2023 segundo dados do Monitora COVID da FIOCRUZ, o total de 696.603 mortos ultrapassando em março de 2023 o total de 700.000 pessoas como mencionamos inicialmente. O número de casos acumulados chegou em milhões, ao total de 36.768.677 casos.

Apresentadas alguns panoramas relacionados à pandemia da COVID-19 em nível nacional, passamos agora a destacar algumas questões inerentes, voltadas especialmente ao estado de Mato Grosso do Sul. Seguindo aqui a mesma lógica da seção anterior destacamos inicialmente o panorama pandêmico que chegou ao estado, tendo como fonte inicial os dados do Monitora COVID/FIOCRUZ (2023). Segundo esta fonte, o estado registrou o total de 602.144 mil casos e 10.975 óbitos, sendo que o estado ficou na 17º posição em números totais. A taxa considerando a proporção de (100.000) habitantes foi respectivamente de 21433.23 casos e 390.65 óbitos. Para analisar mais detidamente a distribuição dos números de casos e de óbitos em todo estado, entendemos ser necessário apresentar inicialmente a organização regionais de saúde. Isso permite uma avaliação mais consistente dos efeitos da COVID-19 no estado.

Figura 1. Regiões de saúde do estado

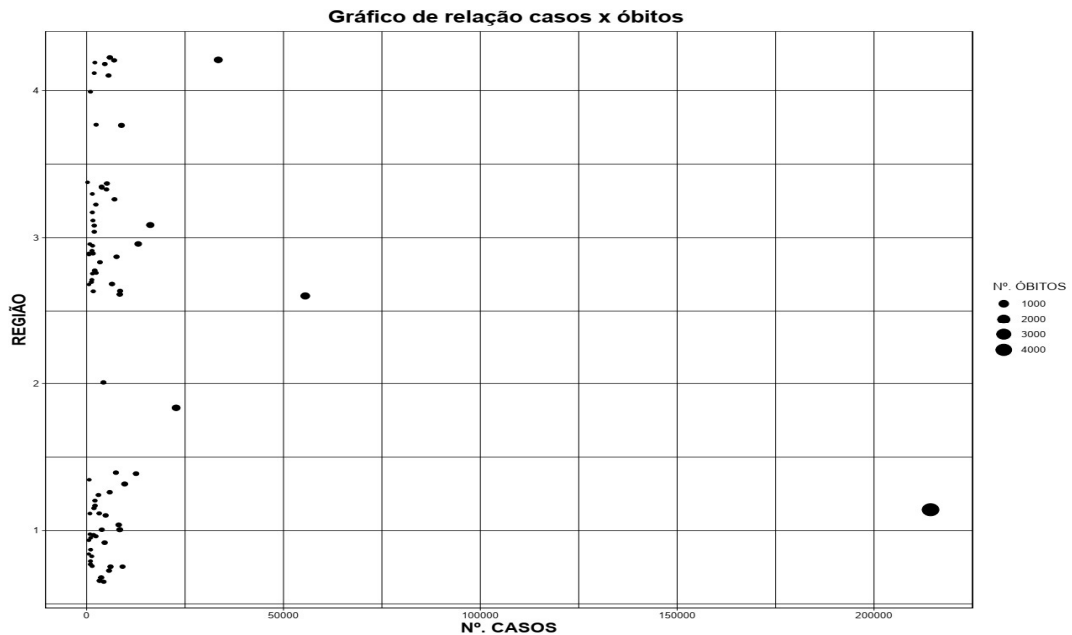


Fonte: Plano Estadual de Saúde (2015, p. 58).

É possível identificar figura acima as cinco principais regiões de saúde do estado, ou seja, a região de Saúde de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá. Respectivamente as regiões com maior densidade populacional do estado. Ampliando este leque, existe outras microrregiões que concentram infraestrutura de saúde significativa. Certamente, as mesmas, foram fundamentais para o tratamento dos casos de saúde, em especial da COVID-19. Ou seja, as estruturas de saúde menores que ajudam a desafogar as demandas de grande fluxo de pacientes, muitas vezes concentradas nas macrorregiões e os maiores municípios do estado. As microrregiões são as regiões de saúde de Aquidauana, Coxim, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Paranaíba.

Apresentado alguns contextos gerais iniciais do estado, avançamos agora em torno dos números da COVID-19 e sua distribuição em todo estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, nos valem das quatro macrorregiões presentes na figura 1. Ou seja, Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três lagoas respectivamente. No gráfico abaixo, mostramos a relação entre os números de caso por óbitos por região.

Gráfico 2. Relação casos x óbitos por região de saúde

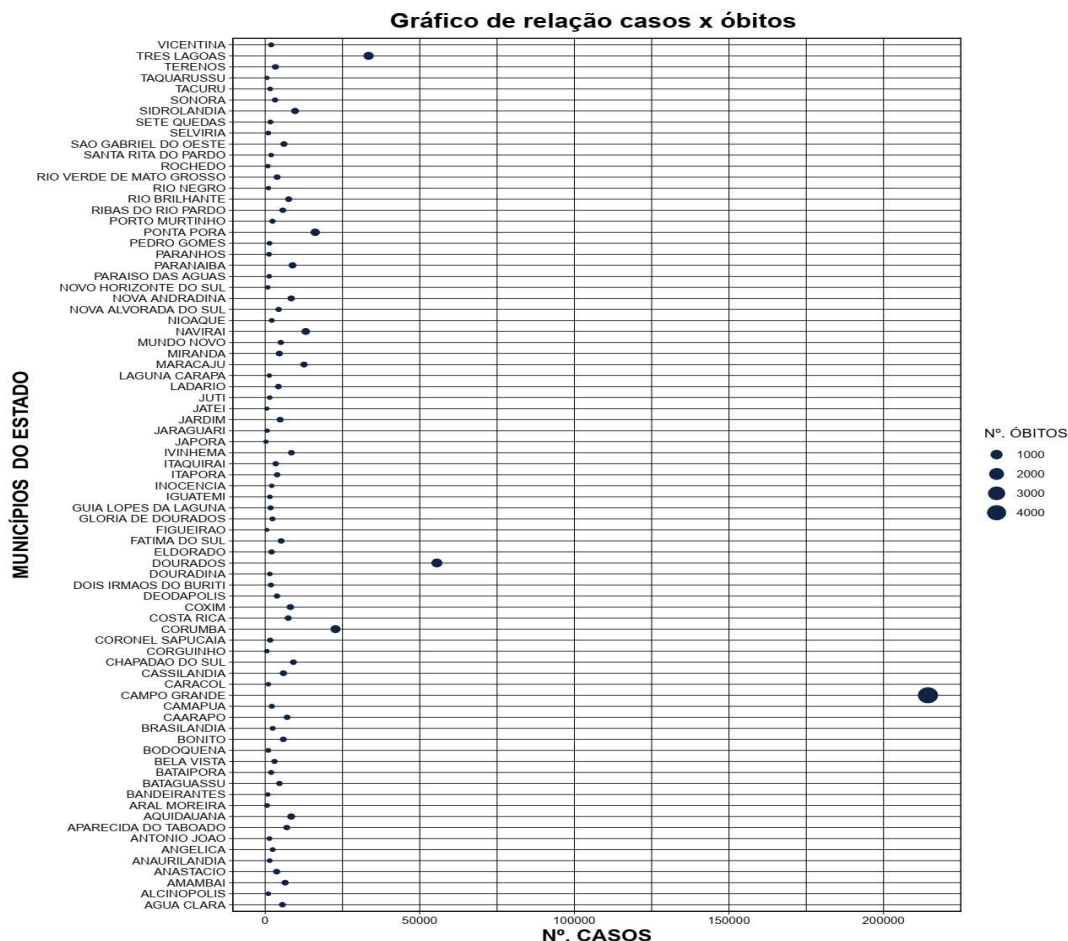


Fonte: Portal Mais Saúde/MS, organizado pelo autor com Rstudio.

É possível observar neste gráfico que as principais cidades das macrorregiões tiveram também os maiores números de óbitos. Ou seja, podemos destacar através dos pontos maiores e mais visíveis estão na: a capital, Campo Grande na Região-1, destacadamente a com maior número de óbitos; seguida por Dourados na Região-3, segunda colocada em número de óbitos; Três Lagoas, terceira maior cidade do estado, representando a Região-4 e, por fim, a Região-2 com a cidade de Corumbá, a quarta em população e também em número de casos e óbitos.

Em linhas gerais, na grande maioria dos casos, olhando detalhadamente para os 79 municípios do estado observamos que os óbitos acompanharam os números de casos, comprovando a tendência que quanto maior os números de casos, maiores serão os números de óbitos. Todavia, isto não foi uma regra geral no estado, visto que em alguns municípios menores esta taxa não se caracterizou. Como podemos observar no próximo gráfico envolvendo todas as cidades do estado.

Gráfico 3. Relação de casos e óbitos por município



Fonte: Portal Mais Saúde/MS, organizado pelo autor com Rstudio.

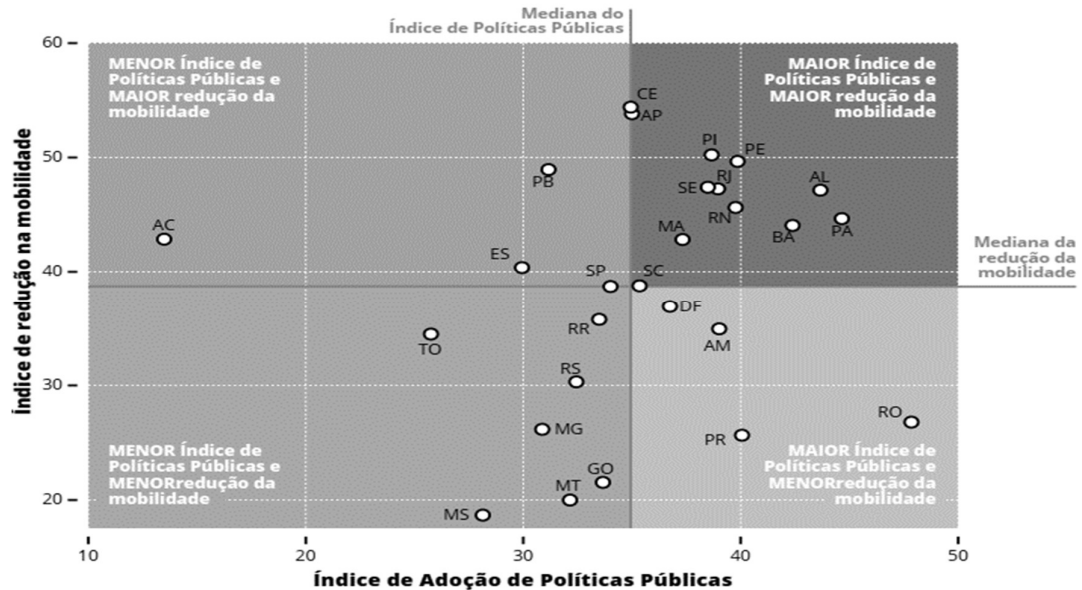
Neste gráfico, fica evidente mais uma vez que para os maiores municípios do estado, o número de casos se relacionou com a quantidade de óbitos evidenciados. Especialmente, quando se observa os picos acima de 22.000; 33.000; 55.000 e 200.000 casos, conforme mostra o gráfico. Todavia, essa relação automática não pode ser feita para a maioria dos municípios. Em relação a Mato Grosso do Sul, onde mais da metade cidades possuem população inferior a 20.000 habitantes em várias situações esta relação não se estabeleceu. Ou seja, houve casos que tiveram número de casos baixos e números de óbitos altos. O que pode ser explicado por diversos fatores, aos quais este artigo não visa alcançar.

Todavia, buscando, analisar aspectos mais amplos, passamos agora a observar a elaboração de políticas públicas no estado. Vemos assim, que um primeiro ponto a demonstrar aqui se relaciona ao exame comparativo da quantidade de políticas públicas por estado, para



identificar neste campo o comportamento do estado a partir de dados do observatório COVID-19 como mostramos abaixo:

Gráfico 04. Nível de adoção de políticas públicas por estado



Fonte: Observatório de Contenção do COVID na América Latina (2020)

Os dados acima expressam ainda em 2020, o panorama de políticas públicas por estado. Neste período, como podemos observar o Mato Grosso do Sul é visto com um dos estados com menor índice de políticas públicas e de mobilidade, estando somente a frente do estado de Tocantins. Em todo caso é importante frisar que os números de casos e mortos pela COVID-19 não teve inicialmente um número expressivo como já vinha ocorrendo em outros estados brasileiros. Ou seja, os impactos foram moderadamente mais tardios, o que levou algumas medidas a atrasarem. Exemplo disso, são as elaborações de dispositivos constitucionais como Leis e Decretos que institui medidas e políticas públicas no estado. A este respeito, passamos a apresentar um panorama quantitativo de Leis e Decretos criados pelo governo do estado conforme a tabela abaixo:

Tabela 1. Decretos e Leis estaduais por ano:

Ano	Decretos	Ano	Leis
2020	35	2020	07
2021	15	2021	06
2022	03	2022	02
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>Total</b>	<b>15</b>

Fonte: Legislação Estadual. Organizado pelo autor.

Os dados relativos ao estado de Mato Grosso do Sul mostram um maior número de Decretos em relação as Leis promulgadas que aparecem na tabela em ordem decrescente acompanhando o ciclo da pandemia. Neste sentido, os números da tabela acima, evidenciam que houve movimentações consistentes do governo do estado na criação de políticas públicas voltadas a pandemia. Entre elas, como observaremos na seção seguinte, a política do Mais Social, uma política de transferência de renda, baseada em recursos para compra de alimentos.

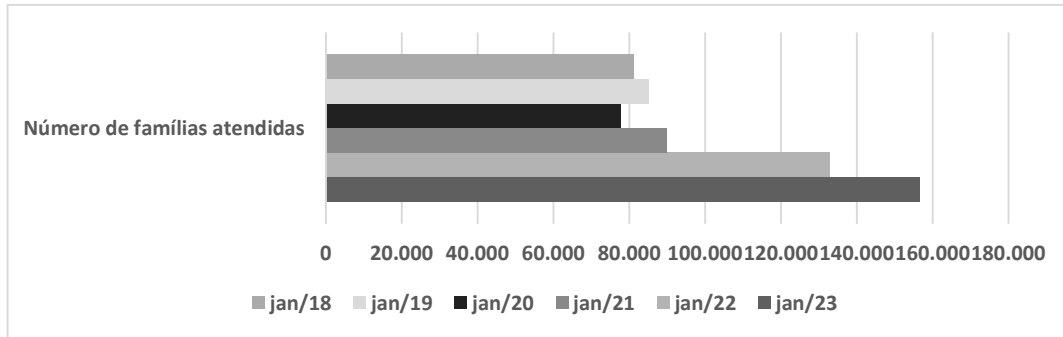
### **Políticas sociais no Mato Grosso do Sul**

Em todo caso voltando os olhos ao estado de Mato Grosso do Sul vemos que o desenvolvimento de maneira geral se articulou historicamente a múltiplos fatores. Entre eles, aqueles relacionados a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e seu programas de desenvolvimento regional. Mas vale relacionar neste contexto os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que desde de 2007 injetou no estado na área logística, energética e social e urbana mais 13 milhões de reais (Santos e Missio, 2020). Estes e outros diversos cenários apontam para as diversas mudanças em termos de desenvolvimento político, econômico e social do estado ao longo das últimas décadas. Sem a intenção aqui de apontar um percurso histórico do desenvolvimento no estado passamos a avaliar aspectos ligados a COVID-19.

Não obstante, outro campo que mostraria mais sensibilidade no âmbito da pandemia estaria relacionado a medidas de mitigação dos efeitos da pobreza, como as relativas aos programas aos programas assistenciais, tal como no âmbito das políticas de transferência de

renda. A este respeito buscamos apresentar um panorama sobre o quantitativo de famílias atendidas pelas políticas do Bolsa Família e Auxílio Brasil. A primeira já bastante conhecida e a segunda adotada especialmente em virtude do cenário pandêmico. Os dados relativos ao número de famílias atendidas pelos programas são mencionados no gráfico abaixo:

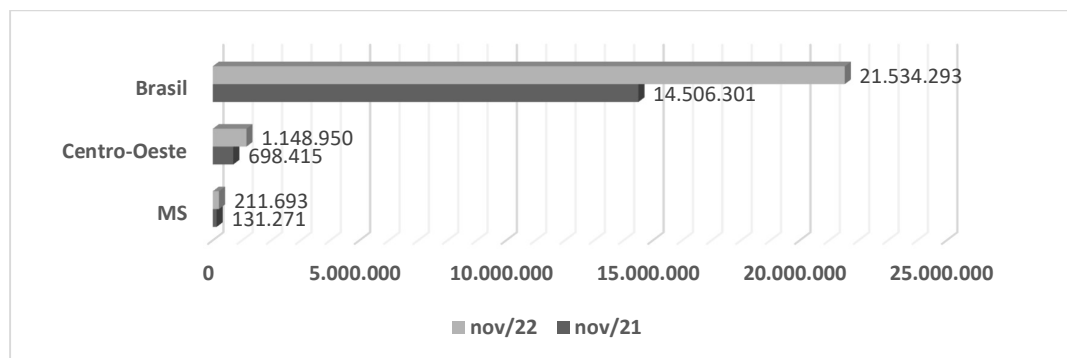
Gráfico 06. Beneficiários de programas de transferência de renda no estado



Fonte: SENARC (2023), organizado pelo autor.

Os dados presentes no gráfico acima entre janeiro de 2018 a janeiro de 2023 assinalam primeiramente o aumento no número de benefícios de ambos os programas. O maior aumento como visto é em 2022 e 2023, o que salienta uma resposta ao cenário pandêmico que afetou especialmente as famílias pobres. Até 2020 quando tínhamos apenas o Bolsa Família havia mais oscilações no número de benefícios sem uma tendência crescente demarcada. No entanto, quando falamos especificamente no âmbito do Auxílio Brasil observamos os seguintes números:

Gráfico 06. Números de famílias do Auxílio Brasil no estado



Fonte: SENARC (2023), organizado pelo autor.

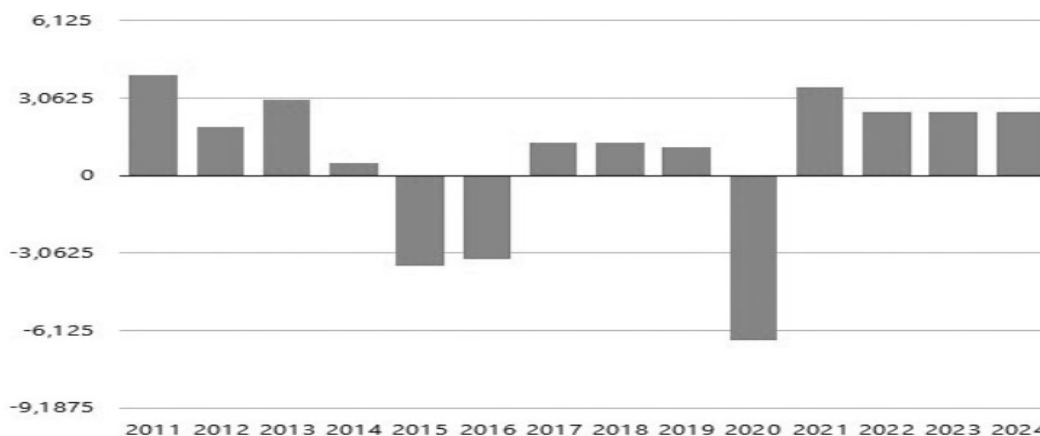
Os dados acima enfatizam três dimensões. A nacional, regional e a estadual. Na primeira temos os dados totais que mostram mais de 21 milhões de famílias beneficiadas no segundo ano da pandemia. Ou seja, um crescimento acima de 30%. Chegando no Mato Grosso do Sul, próximo dos 40% de incremento. Além das políticas de transferência de renda apontadas o estado teve, por iniciativa do governo a implementação do programa Mais Social.

Este programa foi criado e regulamentado pelas Lei 5.639 de 05 de abril, o Decreto n. 15.653 de 15 de abril e a Lei 5.815 de 16 de dezembro de 2021 que instituíram o programa. O mesmo acompanhou o movimento do Governo Federal relacionado ao Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, programas de transferência de renda, visou atacar um problema crônico produzido pela pandemia que era acesso aos alimentos das famílias carentes e seu concomitante combate à fome. Neste processo, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul forneceu a inúmeras famílias o benefício através de cartão, voltado especificamente para compra de alimentos em estabelecimentos comerciais. Em linhas gerais, o programa consiste em uma ajuda de custo de R\$300.00 através de um cartão de débito para aquisição de alimentos, itens de higiene pessoal ou mesmo gás de cozinha. O programa já atendeu segundo informação da Secretaria de Assistência Social e dos Direitos Humanos – SEAD, mais de 100.000 beneficiários sendo gasto mais de 120.000 milhões ao longo da pandemia.

### **O contexto econômico industrial e de arrecadação no estado**

A economia de um estado resulta de diferentes fatores e se associa a um contexto mais amplo de desenvolvimento, envolvendo, por exemplo, o desenvolvimento humano. Em todo caso podemos associar em linhas gerais um melhor desenvolvimento ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB. Um dos indicadores que realça em alguma medida o cenário de crescimento e desenvolvimento do país. O que reflete em todos os outros segmentos da economia, sobretudo, de viés humano. Sob este contexto, podemos observar uma oscilação nos resultados e projeções entre 2011-2024, especialmente no que tange ao período pandêmico como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 07. Projeções medianas do Banco central em relação ao PIB



Fonte: Pinheiro (2020, p.9).

Os dados apontados sugeriram alguns cenários tendo como base o mercado financeiro, mostrando em 2020 uma queda abrupta do PIB. Porém, estas estimativas desconsideram alguns contextos ligados ao desenvolvimento mais periférico e outros fatores que podem afetar os resultados reais finais. Observando, no entanto, para aspectos ligados a economia estadual, podemos analisar o contexto industrial. Nesse sentido, tendo como ponto de partida os dados do Portal da Indústria do estado de Mato Grosso do Sul<sup>2</sup> (2022), verificamos que estado possuía neste ano um Produto Interno Bruto – PIB, industrial estimado de cerca de R\$ 20,5 bilhões, equivalente a 1,5% da indústria nacional. O total de empregados na indústria é de 125.665 trabalhadores. Sendo o décimo terceiro menor PIB do Brasil, com proximamente R\$ 95,1 bilhões de reais. O PIB industrial do estado era de 1,5% no âmbito nacional, mas apresentou forte evolução diante aos vultuosos investimentos e os registros de crescimento, especialmente entre 2009-2019, sobretudo no âmbito da celulose e seus derivados que registrou no período um aumento de cerca de 10,6%.

Entre os principais setores do PIB industrial do estado, é possível destacar: 26,1% Serviços industriais, 20,6% ligados a Construção, 15,7% Alimentos, 14,7% Celulose e papel e 12,2% Derivados de petróleo e biocombustíveis que representam 89,3% da indústria do estado. Do ponto de vista quantitativo foram registradas em 2020 cerca de 5.840 empresas industriais que representam mais 125.000 empregos. As mesmas podem ser classificadas do seguinte modo:

<sup>2</sup> <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ms>

Tabela 2. Número de empregados por segmento

Porte empresa	Nº de empregados	Porcentagem	Emprego industrial
<b>Microempresas</b>	0-9	78,1%	10,6%
<b>Pequenas empresas</b>	10-49	16,7%	16,1%
<b>Médias empresas</b>	50-249	3,7%	17,8%
<b>Grandes empresas</b>	250 ou +	1,5%	55,6%

Fonte: Portal da Industria do MS (2022).

Os dados da tabela acima, apresenta tendência forte de alteração visto ao rápido desenvolvimento em que o estado encontra na atualidade. Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO, em linhas gerais, quando se avalia especialmente o ano de 2020 ano crônico da pandemia o desempenho da economia Sul-mato–Grossense, foi satisfatório. Isto em virtude da economia do estado crescer 0,25% em 2020, se colocando como a primeira colocada em termos de variação do PIB entre as Unidades da Federação e, por consequência, de todo Centro-Oeste. A secretaria, no entanto, faz uma observação importante que diz respeito a taxa negativa entre os grandes setores, ou seja, a única taxa com crescimento real negativo ocorreu no Setor Terciário que marcou -3,64%, sendo influenciado principalmente pelos setores de serviços, especificadamente pelos os segmentos de alojamento e alimentação, onde a variação em volume foi de -23,4%, e serviços domésticos, com variação de -17,3%. Efeitos diretos da pandemia neste setor.

Em contrapartida houve crescimentos significativos segundo o relatório, ou seja, nos setores da agropecuária e da indústria que apresentaram em 2020, uma variação positiva no volume, ou seja, de cerca de 14,56% e 0,03%, respectivamente. Números resultantes do cenário favorável da agropecuária em derivado especialmente da soja, silvicultura, pecuária em geral e indústria, especialmente do setor de celulose e fabricação de álcool, relativas a indústria de transformação do estado. Em todo caso, tentamos abordar nesta seção alguns cenários, partindo inicialmente de um panorama mais geral sobre os setores econômicos da economia do estado conforme gráfico abaixo:

Gráfico 8. Contribuição de setores econômicos no PIB



Fonte: Release. SEMAGRO, (2023, p.2)

Conforme podemos observar no gráfico acima, há pouca oscilação na participação dos principais setores econômicos em relação ao PIB. Assim, em um dos anos mais crônicos da pandemia em 2020, temos ao contrário do que imaginávamos um crescimento no setor primário, relativo ao a extração e matéria prima, um pequeno decréscimo no setor secundário relativo a indústria de transformação de mercadorias e no setor terciário, relativo a bens e serviços. Em linhas gerais considerando apenas o ano de 2020, podemos analisar na tabela abaixo a participação por segmento no PIB do estado.

Tabela 3. Participação no PIB em 2020 por segmento.

SETORES DE ATIVIDADES/ANOS	2020
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>23,70</b>
Agricultura e serviços relacionados	17,09
Pecuária e Serviços relacionados	3,92
Produção florestal, Pesca e Aquicultura	2,69
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>21,21</b>
Extrativa Mineral	0,13
Transformação	11,62
Construção Civil	4,09
SIUP	5,37
<b>SERVIÇOS</b>	<b>55,09</b>
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,49
Serviços de Alojamento e Alimentação	1,22
Transporte, Armazenagem e Correios	2,83
Serviços de informação	1,26
Intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,06
Atividades Imobiliárias	7,88
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,90
Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social	18,27
Educação e Saúde Privada	3,12
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,04
Serviços Domésticos	1,03
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEMAGRO, (2023, p.5).

Entretanto, segundo SEMAGRO, quando a análise é feita analisando grande setores, se observou que a agropecuária “apresentou uma maior variação entre os três grandes grupos de atividades na economia do Mato Grosso do Sul, com aumento de 14,6% em 2020, em relação

a 2019 (SEMAGRO, 2023, p.3)”. Já no que tange ao setor industrial houve segundo o órgão estabilidade em volume em 2020, em relação ao ano anterior. Todavia, foi possível destacar um crescimento de 2,2% de Indústrias de transformação e uma variação de 0,6% no âmbito da eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação segundo o órgão.

Enfim, no âmbito de serviços a SEMAGRO destacou uma queda em volume de 3,6% em 2020, derivado da pandemia de COVID-19. O que segundo órgão impactou significativamente neste grupo de atividades em virtude das restrições de circulações de pessoas. Destaca-se entre as atividades mais afetadas neste campo os setores que envolveram alojamento e alimentação, que tiveram variação em seu volume de -23,4%. Outro segmento foi o de serviços domésticos, com variação de -17,3%. Deste modo, segundo o órgão houve perda de participação dos serviços na economia do estado, caracterizando um movimento de 61,4% em 2019, para 55,1% em 2020. Entretanto, ainda segundo o órgão, apesar da variação média negativa para o grupo de serviços, algumas atividades registraram crescimento em 2020, como comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas 1,5% e Informação e comunicação 5,3%.

Por outro lado, em relação a arrecadação do estado vale destacar que diversos fatores colaboraram com um conjunto de dados de arrecadação específica como, por exemplo, as relativas ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Neste item, a arrecadação total do estado foi entre 2019 e 2022, atingiu os seguintes montantes em bilhões:

Figura 2. FPM estadual

<b>2019</b>	<b>•R\$ 1.326.304.825</b> <b>•Valor inicial da observação.</b>
<b>2020</b>	<b>•R\$ 1.271.956.141</b> <b>•-4,2%</b>
<b>2021</b>	<b>•R\$=1.700.574.336</b> <b>•+25%</b>
<b>2022</b>	<b>•R\$ 2.148.5497.949</b> <b>•+21%</b>

Fonte: Tesouro Nacional (2023). Organizado pelo autor.



Como é possível observar nesta figura, fica caracterizado uma elevação da arrecadação, especialmente em 2021, quando a arrecadação se eleva 25% e, em 2022 em 21% face a queda de 4,2% em 2020. Em outro campo destacamos o aumento da arrecadação via Imposto de Renda – IR em todo o estado, que apontou para os seguinte arrecadação e números de contribuintes:

Figura 3. Arrecadação com o Imposto de Renda - IR

2,17 Bilhões	2019	108.014 Contrib.
2,34 Bilhões	2020	112.333 Contrib.
3,70 Bilhões	2021	158.776 Contrib.
4,39 Bilhões	2022	177.844 Contrib.

Fonte: Receita Federal. Organizado pelo autor.

Um dado importante desta figura e que coaduna como outros dados anteriores se relaciona aqui ao fato de que os dados de arrecadação terem sido elevados em cenário de crise. Observando, por outro lado, as diferentes características e efeitos da pandemia no estado, podemos destacar alguns reflexos relativos a economia no estado no âmbito das empresas. Um primeiro aspecto neste sentido está relacionado aos efeitos no setor empresarial. Quando a isso, fazendo uso de algumas estatísticas da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul. Observamos neste contexto inicialmente o panorama de abertura de novas empresas conforme a tabela abaixo:

Tabela 3. Empresas novas constituídas no estado de Mato Grosso do Sul

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Total</b>	7635	6713	5921	5750	6046	6360	7087	7903	9273	9602

Fonte: Jucems (2023)

Esta primeira tabela relativa a novas empresas criadas no estado não mostra um efeito considerável visto a cronologia quantitativa das empresas criadas em anos anteriores a

pandemia. Ou seja, há um movimento crescente e predominantemente ininterrupto pelo menos desde 2016, havendo oscilações em período anterior. Acompanhando este movimento, observamos ainda os números relativos a abertura e extinção de filiais de empresas, como apresentamos na tabela abaixo:

Tabela 4. Abertura e extinção de filiais

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Novas</b>	1344	1273	1046	1132	1162	1723	1755	1376	1479	1525
<b>Filiais</b>										
<b>Filiais</b>	519	451	503	515	563	786	652	831	540	547
<b>Extintas</b>										

Fonte: Jucems (2023)

Quanto as filiais de empresas no estado, pode se observar no âmbito de abertura que em 2020, o primeiro ano da pandemia houve um número relativamente menor que em 2019 que registrou 1755 novas filiais e, em 2020, apenas 1376. Já em 2021 temos um aumento de apenas 102 novas filiais em relação ao ano anterior e, em 2022 de apenas 46 novas filiais. A extinção de filiais mostra em certo sentido um dos efeitos que pode ser associado a pandemia, visto que em 2020 temos 831 filiais extintas, ou seja, um dos maiores registros da linha temporal entre 2013 e 2022. Número este que em 2019 marcava 652 filiais extintas. Já em 2021 e 2022 retorna-se a números que estão dentro do padrão anterior a pandemia. Avançando neste cenário em torno das empresas no estado de Mato Grosso do Sul, observamos na sequência duas variáveis específicas: empresas extintas e empresas falidas conforme mostramos na tabela abaixo:

Tabela 5. Empresas extintas ou falidas

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Extintas</b>	<b>2499</b>	<b>1668</b>	<b>2191</b>	<b>2670</b>	<b>2937</b>	<b>3245</b>	<b>3130</b>	<b>3961</b>	<b>4148</b>	<b>4601</b>
<b>Falidas</b>	1	0	1	4	2	11	7	3	2	N

Fonte: Jucems (2023)

Observamos nesta tabela 5, que o número de empresas extintas esteve dentro de um constante aumento depois de uma ligeira queda entre 2018 e 2019. Ou seja, observar-se entre os anos de 2020 e 2022 o crescimento de empresas extintas sendo de 831 em 2020, 187 em 2021 e de 453 em 2022. Não obstante, as empresas falidas têm registros inexpressivos no âmbito da pandemia com o maior número registrado sendo de 7 empresas em 2019.

### Considerações finais

O debate sobre os efeitos da pandemia é ainda incompleto em nível de Brasil e uma das razões está no fato de que a mensuração de todos os efeitos possíveis é delicado e leva tempo para se fazer um recorte, tendo em vista as discrepâncias regionais, níveis de renda e diversas outras variáveis. Contudo, para os objetivos deste artigo nos debruçamos especificamente em um dos horizontes possíveis, ou seja, nos efeitos da pandemia no âmbito da economia do estado de Mato Grosso do Sul. Considerado de forma delimitativa três tipos de dados distintos: comércio, indústria e os benefícios sociais.

Em face a este cenário, foi possível observar um conjunto de aspectos. Assim, embora os números de infecções e óbitos tenham sido extremos, os efeitos econômicos não tiveram os mesmos impactos embora os mesmos, não sejam desprezíveis. Em todo caso, verificamos ainda que as medidas econômicas adotadas tanto em nível federal e estadual apontam para uma contenção dos efeitos mais duros contrariando algumas estimativas mais pessimistas. Nesse sentido, o estado de Mato Grosso do Sul, como observamos, apresentou um cenário econômico em linhas gerais mais positivo. E isso, pode ser derivado de diferentes fatores, como, por exemplo, aumento nos níveis de infecção e de óbitos mais tardiamente em relação aos estados do Sudeste do país, possibilitando mais tempo para, por exemplo, adoção de política de

transferência de renda específica - além das federais, políticas de quarentena, entre outras medidas.

No entanto, de forma geral, a pandemia deixa, além de perda irreparável de vidas humanas um aprendizado de duras penas, que não foi mais nefasto economicamente pela antecipação de políticas públicas, sobretudo, no âmbito de apoio a empresas e, principalmente aquelas voltadas a população mais carente no que tange as políticas de transferência de renda. Em todo caso, os resultados alcançados não podem ser associados a mera sorte, mas as ações pontuais, sobretudo, gestão estadual. Mesmo que algumas delas, contrarias a ideologia do Governo Federal ao longo da pandemia.

### Referências bibliográficas

ABDAL, Alexandre. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, p. 3-21, 2020.

AJZENMANN, Nicolás. et. al. **More than words: leaders' speech and risky behavior during a pandemic**. IZA – Institute of Labor Economics, march, 2021. Disponível em: <https://covid-19.iza.org/publications/dp14229/> Acesso em: 01 Abr. 2023.

BORGES, André; Rennó Lúcio. Brazilian response to Covid-19: polarization and conflict. In: FERNANDEZ, Michelle; MACHADO, Carlos (ORGS). **COVID-19's political challenges in Latin America**. Latin American Societies. Springer, 2021, p. 9-22. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/355401210\\_Brazilian\\_Response\\_to\\_Covid-19\\_Polarization\\_and\\_Conflict](https://www.researchgate.net/publication/355401210_Brazilian_Response_to_Covid-19_Polarization_and_Conflict) Acesso em 20 fev. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luis C. Desenvolvimento, sofisticação produtiva, valor-trabalho e salários. **Nova Economia**. v.29, n.1 2019, p.135-160.

CARDOSO, Adalberto; PERES, Thiago B. A pandemia da COVID-19 e o mundo do trabalho. In: FONTAINHA, Fernando; MILANI, Carlos R.s (Orgs). B. **Coletânea Covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023, p. 35-84.

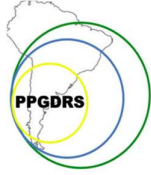
FAGUNDES, Mayra B. et. al. **Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul: uma Análise da Composição da Balança Comercial**. Editora Unijuí, n. 39, p. 112-140, 2017

FREITAS, Carlos M. et. al. A resposta do Brasil à pandemia de Covid-19 em um contexto de crise e desigualdades. In: MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M., eds. **Políticas e sistemas de saúde em tempos de pandemia: nove países, muitas lições**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2022, pp. 295-322.

FIOCRUZ - <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>, acesso em 10.01.2023.

JUCEM/MS. Disponível em: <http://www.jucems.ms.gov.br/informacoes/estatisticas> acesso em 10.02.2023.

OUR WORLD IN DATA. In: <https://ourworldindata.org/> acesso em 13.12.2022; 05.03.2023.



PINHEIRO, Armando C. Perspectivas econômicas para o Brasil pós-COVID-19. In: **Perspectivas e desafios da economia Brasileira no pós-pandemia**. Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2020, p.7-14

PORTAL DA INDÚSTRIA. In: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ms> acesso 05.01.2023.

PAINEL MAIS: **Monitor de apoio as informações de saúde do MS**. Disponível em: <https://mais.saude.ms.gov.br/> acesso em 11.10.2022.

SANTOS, Kaully F; MISSIO, Fabrício J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, v.30 n.3 p.921-950, 2020.

Siqueira CAS, Freitas YNL, Cancela MC, Carvalho M, Silva LP, Dantas NCD, et al. COVID-19 no Brasil: tendências, desafios e perspectivas após 18 meses de pandemia. **Rev Panam Salud Publica**. 2022; 46:e74. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.74>

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA – SENARC. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php?search=bolsa%20familia> acesso em 06.06.2023.

WAMMES, Leoni T. et. al. A pandemia da COVID-19 e seus reflexos no desenvolvimento humano. **Boletim de Conjuntura – BOCA**, ano v, vol. 15, n. 45, Boa Vista, 2023.